



**BOLETIM  
INFORMATIVO**  
**PROCURADORIA-GERAL DO  
ESTADO DO PARÁ**

**ESAP@PGE.PA.GOV.BR**

(91) 3344 - 2771

R. dos Tamoios, 1671 - Batista Campos,  
Belém/PA.

## EDITORIAL

Durante o mês de março a Escola Superior de Advocacia Pública (ESAP) realizou importantes eventos.

### MEDITAÇÃO

Facilitador: Dr. Paulo Klautau

02/03/2023  
08h30 às 9h  
Auditório da PGE

Público-alvo: procuradores e servidores da PGE



No dia 02 deste mês, ocorreu a meditação com o Dr. Paulo Klautau, Procurador desta casa. O projeto tem como público alvo procuradores e servidores da Procuradoria-Geral do Estado e visa, através da meditação, cuidar da saúde física e mental no ambiente de trabalho.

No dia 8 comemoramos o Dia Internacional da Mulher.

E para celebrar este dia especial foi realizada no auditório da PGE a palestra “Mundo Real X Mundo virtual: violências contra a mulher por trás das telas”, tema de grande relevância para a realidade feminina.

Na ocasião recebemos a Delegada de Polícia Civil Ariane Rodrigues, que compôs a mesa de debate juntamente com as servidoras desta Procuradoria Roberta Ferreira e Samila Gusmão.

O evento contou com a participação de procuradores e servidores da instituição e foi um sucesso.

### MUNDO REAL X MUNDO VIRTUAL: VIOLÊNCIAS CONTRA A MULHER POR TRÁS DAS TELAS

08/03/2022  
9h às 11h  
Auditório da PGE

#### PALESTRANTES:

DPC ARIANE RODRIGUES  
NATHÁLIA KAHWAGE  
ROBERTA FERREIRA E  
SAMILA GUSMÃO

\*Evento híbrido



### DIREITO AGRÁRIO SOB O PRISMA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

15 de março de 2022  
09h30  
Auditório da PGE (Rua dos Tamoios, 1671. Batista Campos, em Belém)

PÚBLICO-ALVO: Acadêmicos e profissionais da área do  
Direito em geral

\*EVENTO GRATUITO  
REALIZADO EM FORMATO HÍBRIDO

Aconteceu no dia 15 o evento “Direito Agrário sob o prisma da Constituição Federal”. A palestra destacou assuntos importantes da área e foi ministrada pelo Dr. Gursen de Miranda, professor da Universidade Federal de Roraima e pela Dra. Themis Eloana, advogada atuante em Roraima.

O Procurador do Estado, Ibraim José das Mercês Rocha foi o debatedor da mesa, destacando pontos necessários para aprofundar a discussão. Após o evento, ocorreu a venda das obras do professor Gursen de Miranda, com destaque para o título “Direito Agrário: Constituição Brasileira”.

Ainda no dia 17 foi ministrado o Minicurso da Procuradoria Fundiária, Ambiental, Minerária e Imobiliária (PFAM). O curso foi voltado para a especialização de servidores desta instituição e demais órgãos e entidades estaduais que compareceram ao auditório Edgar Olyntho Contente na sede da PGE.



**Minicurso da Procuradoria Fundiária, Ambiental, Minerária e Imobiliária (PFAM)**

Tema: **Ambiental**  
17/03/2022

**Mesa I: Princípio Anticorrupção Ambiental**  
Palestrante: Ary Lima Cavalcanti

**Mesa II: A Consulta Prévia, Livre e Informada como Direito Fundamental.**  
Palestrante: Fernanda Jorge Sequeira

**Mesa III: A lei dos processos infracionais e suas regulamentações.**  
Palestrante: Tátilla Pamplona

PGE PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ | ESAP ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA PÚBLICA | GOVERNO DO PARÁ



**TREINAMENTO PARA APLICAÇÃO DO MANUAL DE VISUAL LAW NA PGE/PA**

Palestrante:  
**Bruno Chagas**

28/03/2023  
09h  
Auditório da PGE

Público alvo: Procuradores e servidores da PGE  
\*Evento híbrido

PGE PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ | ESAP ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA PÚBLICA | GOVERNO DO PARÁ

Os assuntos abordados foram distribuídos em três mesas, sendo debatidos ao longo do treinamento temas de cada área específica.

Ocorreu no último dia 28 o treinamento para aplicação do Manual de Visual Law no âmbito desta Procuradoria.

A palestra foi ministrada pelo Dr. Bruno Chagas, Procurador do Estado, e teve como público-alvo procuradores e servidores. O evento foi concluído com sucesso e marcou o início do período de transição para a adoção obrigatória da

nova identidade visual da PGE/PA nos documentos internos e externos.

Nos dias 28 e 29 foi realizada na sala de treinamento da PGE/PA a “Oficina de Mapeamento de Processos”. O treinamento foi conduzido pelas servidoras Ieda Fernandes, Coordenadora do NUPLAN, e Maria Clara Fonseca, Coordenadora Administrativa deste órgão, com a finalidade de preparar chefias e demais servidores para o cumprimento da meta institucional anual da PGE, que consiste no



mapeamento dos principais processos e o respectivo fluxograma de cada setor.

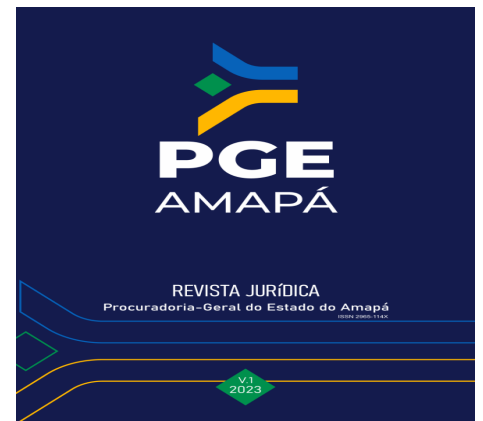


Durante esse mês foi dado prosseguimento ao Curso de Adaptação para os novos Procuradores do Estado do Pará, que tomaram posse no dia 30/01/2023. O curso foi composto por dois eixos principais: o eixo institucional, com a apresentação dos principais setores de gestão desta PGE, e o eixo de instrução, em que foram abordadas matérias referentes à competência de cada setor, com exposição dos fluxos específicos e principais assuntos tratados na prática das Procuradorias Especializadas.

Destacamos que neste mês de março a biblioteca da ESAP recebeu importante doação de obras realizada pelo Dr. Paulo de Tarso Dias Klautau Filho, bem como exemplares da [Revista Jurídica da Procuradoria-Geral do Estado do Amapá](#) através do presidente da APEPA, Dr. Roland Massoud.

Foram compilados e divulgados pela ESAP para todos os servidores da PGE os Ementários da [Legislação Estadual](#) e da [Legislação da PGE](#), que sintetizam os conteúdos das principais legislações referentes ao ano de 2022.

A Esap também incluiu no site da Pge, na aba Publicações, as bibliotecas digitais disponíveis para consultas e pesquisas, tais como: Fórum, Revista dos Tribunais, Lex Magister e Zênite, que poderão ser consultadas mediante logins e senhas cadastradas pelos usuários da casa. Para conhecer e acessar [clique aqui](#).



Ressaltamos, em matéria Legislativa, a Lei Ordinária nº 9.862, de 8 de Março de 2023, publicada através do DOE nº 35. 317, que dispõe sobre a Secretaria de Estado das Mulheres (SEMU) sua missão, finalidade e funções básicas.

Em destaque também a Portaria nº 162, de 15 de Março de 2023, que designa os servidores e autoridades para constituir a Comissão do XXII Concurso Público para Procuradores do Estado do Pará, tendo sido publicada no

Preparatória de Contratação Pública, contendo as minutas padronizadas dos atos necessários.

Ainda em âmbito desta Procuradoria, ressaltamos a Portaria nº 182, de 21 de Março de 2023, que estabelece a abertura do I Processo Seletivo de Estágio de Pós-Graduação para compor o quadro de estagiários da Procuradoria-Geral do Estado do Pará, nomeando os integrantes da Comissão organizadora do concurso e a secretária executiva.



Foi publicada a Portaria nº 190, de 24 de Março de 2023, que determinou o encerramento do trabalho remoto para servidores do órgão. O ato normativo especifica e dá instruções para o retorno ao trabalho presencial, ficando excluídos da nova Portaria os servidores amparados pela Ordem de Serviço nº006/2020.

Na esfera Federal, incluímos o Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023, que regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre a exigência, em contratações públicas, de percentual mínimo de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica e sobre a utilização do desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho como critério de desempate em licitações, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Em conclusão aos atos deste mês, destacamos o Decreto Federal nº 11.443, de 21 de março de 2023, que dispõe sobre o preenchimento por pessoas negras de percentual mínimo de cargos em comissão e funções de confiança no âmbito da administração pública federal e também o Decreto Federal nº 11.453, de 23 de março de 2023, que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura.

**Boa Leitura!**

## SUMÁRIO

<b>1 EDITORIAL</b>	1
<b>2 TEMAS</b>	5
2.1 CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO	5
2.2 FINANCEIRO, ECONÔMICO E TRIBUTÁRIO	6
2.3 DIREITO FUNDIÁRIO, AMBIENTAL E URBANÍSTICO	6
2.4 CIVIL E PROCESSUAL CIVIL	7
2.5 TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO	8
<b>3 JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA</b>	9
<b>4 EMENTÁRIOS DE LEGISLAÇÃO</b>	13
<b>5 DOAÇÕES ESAP 2023</b>	13
<b>6 EVENTOS E CURSOS INTERNOS</b>	13
<b>7 EVENTOS E CURSOS EXTERNOS</b>	14

## TEMAS

### CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

#### [ABUSO DE AUTORIDADE NA INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR: RESQUÍCIOS DO PATRIMONIALISMO EM PREJUÍZO DO SERVIDOR](#)

*Marcello de Oliveira Gulim*

#### [O DESAFIO DA INTEGRIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: TRANSPARÊNCIA SUBSTANTIVA, INTERATIVA E EM PERSPECTIVA](#)

*Maria Clara Mendonça Perim*

*Valter Shuenquener de Araujo*

#### [OS PAPÉIS DOS ENTES FEDERATIVOS E DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NO CUMPRIMENTO DO PACTO NACIONAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA](#)

*André Luiz de Matos Gonçalves  
Débora de Paula Brito Fogaça  
Divino Humberto de Souza Lima  
Evani Portugal de Sousa  
Fáustone Bandeira Morais Bernardes  
Lucas Lima de Castro Ferreira*

## SEPARAÇÃO DE PODERES E CONFLITO FEDERATIVO: ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SOBRE A HOMOLOGAÇÃO PRÉVIA DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS PELO PODER LEGISLATIVO

*Cláudio Ladeira de Oliveira  
Rodrigo Augusto Lazzari Lahoz*

### FINANCEIRO, ECONÔMICO E TRIBUTÁRIO

#### A INCOMUNICABILIDADE DAS QUOTAS SOCIAIS EMITIDAS EM DECORRÊNCIA DE CAPITALIZAÇÃO DE RESERVAS DE LUCROS

*Bethânia Valentim Bohrer  
Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas*

#### COMPLIANCE NA GESTÃO TRIBUTÁRIA

*Marcelo Vitorino*

#### DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO NO DIREITO CIVIL E TRIBUTÁRIO BRASILEIROS: UMA ANÁLISE DA POSSIBILIDADE DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO EM TRIBUTO PRESCRITO

*Juarez Domingues Carneiro  
Amanda Maciel Carneiro  
Fabiano Maury Raupp*

#### TRIBUTAÇÃO DOS LUCROS E DIVIDENDOS DISTRIBUÍDOS À PESSOA FÍSICA: EM BUSCA DE UM SISTEMA TRIBUTÁRIO MAIS PROGRESSIVO

*Geila Lídia Barreto Barbosa Diniz*

### DIREITO FUNDIÁRIO, AMBIENTAL E URBANÍSTICO

## A LIMITAÇÃO ADMINISTRATIVA E A INDENIZAÇÃO POR DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E DE RESERVA LEGAL

*Blader Henrique de Lira Soares*

*Victor Costa Campelo*

## A AMPLIAÇÃO DAS HIPÓTESES DE REGULAÇÃO URBANÍSTICA E AS DESIGUALDADES NA CIDADE

*Daniel Gaio*

## FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE URBANA E O CONTROLE JUDICIAL DAS OMISSÕES LEGISLATIVAS DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL

*David Gomes Pontes*

*Carlos Araújo Leonetti*

*Eduardo Almendra Martins*

## RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES DE SOCIEDADES ANÔNIMAS EM CRIMES AMBIENTAIS

*Eduardo Henrique de Oliveira Barbosa*

*Rodrigo Almeida Magalhães*

### CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

## A INTERPRETAÇÃO DO SILÊNCIO NA USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL: EFICÁCIA PROCEDIMENTAL OU VIOLAÇÃO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL?

*Walsir Edson Rodrigues Júnior*

*Gastão Marques Franco*

## AS MEDIDAS ATÍPICAS DO ART. 139, IV, DO CPC/2015: UMA ANÁLISE JURISPRUDENCIAL

*Guilherme Antunes da Cunha*

*Lucas Gonzalez Alvarez*

## INTERPRETAÇÃO DO ART. 608 DO CÓDIGO CIVIL PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

*José Roberto de Castro Neves*

## MEDIAÇÃO EXTRAJUDICIAL PARA CONFLITOS SOCIETÁRIOS EM EMPRESAS FAMILIARES

*Fernanda Tartuce*



## TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO

### DANO MORAL NO DIREITO PREVIDENCIÁRIO: UMA NECESSÁRIA ABORDAGEM DA TESE JURÍDICA QUE MAIS CRESCE NO SISTEMA BRASILEIRO

*Sérgio Henrique Salvador*

*Theodoro Vicente Agostinho*

### MEIO AMBIENTE DO TRABALHO EQUILIBRADO COMO MEIO DE CONCRETIZAÇÃO DO TRABALHO DECENTE

*Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson*

### O CRÉDITO CONSIGNADO COMO POTENCIAL FATOR DESENCADEANTE DO SUPERENDIVIDAMENTO: ANÁLISE DA LEI NO 14.431/2022 E DA CONCESSÃO DE CRÉDITO PARA BENEFICIÁRIOS DE PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

*Dandara Trentin Demiranda*

*José Ricardo Caetano Costa*

### O ÔNUS DA PROVA E SUAS APLICAÇÕES NO DIREITO DO TRABALHO

*Wilton Silva Oliveira*

## JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

“ **RECURSO ESPECIAL Nº 1717144 - SP**  
**Órgão Julgador:** Superior Tribunal de Justiça  
**Relator:** Ministro Antonio Carlos Ferreira  
**Tema:** Direito Processual Civil

**STJ**

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) deu provimento ao recurso especial de um banco para afastar o reconhecimento da *supressio* em execução que ficou suspensa, por longo período, por não terem sido encontrados bens do devedor. O relator, ministro Antonio Carlos Ferreira, destacou que, apesar de o instituto da *supressio* ter seu fundamento na necessidade de estabilização das relações jurídicas, ele não se confunde com a extinção de direitos que ocorre na prescrição ou na decadência.

[FICHAMENTO NA ÍNTEGRA AQUI](#)

“ RE 636.562/SC - TEMA 390  
**Órgão Julgador:** Supremo Tribunal Federal  
**Relator:** Ministro Roberto Barroso  
**Tema:** Direito Constitucional

**STF**

É constitucional o art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (Lei de Execuções Fiscais LEF), tendo natureza processual o prazo de 1 (um) ano de suspensão da execução fiscal. Após o decurso desse prazo de um ano de suspensão, inicia-se automaticamente a contagem do prazo de prescrição tributária de cinco anos.

[FICHAMENTO NA ÍNTEGRA AQUI](#)

## “ AÇÃO DECLARATÓRIA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.555/GO

**Órgão Julgador:** Supremo Tribunal Federal

**Relator:** Ministro Gilmar Mendes

**Tema:** Direito Constitucional

**STF**

A exigência constitucional do concurso público não pode ser contornada pela criação arbitrária de cargos em comissão para o exercício de funções que não pressuponham o vínculo de confiança que explica o regime de livre nomeação e exoneração que os caracteriza, conforme a consolidada jurisprudência deste Tribunal. Para justificar a criação de cargos em comissão como exceção à regra ao concurso público, é necessário que a legislação demonstre, de forma efetiva, que as atribuições dos cargos a serem criados se harmonizam com o princípio da livre nomeação e exoneração.

[FICHAMENTO NA ÍNTEGRA AQUI](#)

“

**RECURSO ESPECIAL Nº 2044658-RJ**

**Órgão Superior:** Tribunal de Justiça

**Relator:** Ministro Mauro Campbell Marques

**Tema:** Direito Administrativo

**STJ**

O Superior Tribunal de Justiça (STJ), deu provimento a apelação interposta contra sentença proferida em ação comum que descaracterizou o direito a concessão de pensão por morte em casos de filho maior inválido. Na decisão, fixou-se a tese de que: A Lei não exige comprovação da dependência econômica para o deferimento de pensão ao filho maior inválido, por estar presumida a dependência nesse caso e sendo, portanto válida a concessão.

[FICHAMENTO NA ÍNTEGRA AQUI](#)

## EMENTÁRIOS DE LEGISLAÇÃO - MÊS DE MARÇO

LEGISLAÇÃO NACIONAL - MARÇO	<a href="#">CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM</a>
LEGISLAÇÃO ESTADUAL - MARÇO	<a href="#">CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM</a>
LEGISLAÇÃO PGE/PA - MARÇO	<a href="#">CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM</a>
EMENTÁRIO DE PARECERES E MANIFESTAÇÕES – MARÇO	<a href="#">CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM</a>

## DOAÇÕES ESAP - 2023

LISTA DE OBRAS DOADAS PARA A ESAP	<a href="#">CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM</a>
-----------------------------------	---

## EVENTOS E CURSOS INTERNOS

EVENTO	MODALIDADE	DATA	ORGANIZADOR
<b>PROCESSO SANCIONADOR (Evento fechado para a SECULT)</b>	PRESENCIAL	17/04/2023	ESAP
<b>TREINAMENTO DO PAE 4.0</b>	PRESENCIAL	19 E 20/04/2023	ESAP
<b>MEDITAÇÃO</b>	PRESENCIAL	20 e 27/04/2023	ESAP

<b>BATE-PAPO JURÍDICO COM OS ESTAGIÁRIOS</b> <b>4ª EDIÇÃO</b>	HÍBRIDO	25/04/2023	ESAP
--	---------	------------	------

## EVENTOS E CURSOS EXTERNOS

EVENTO	MODO	DATA	ORGANIZADOR	LINK
<b>CONTRATOS DAS ESTATAIS-50 TEMAS APLICADOS QUE DEVEM SER DOMINADOS PELOS FISCAIS E GESTORES</b>	ONLINE	08 A 12/05/2023	ZÊNITE	<a href="#">CLIQUE AQUI</a>
<b>XVIII FÓRUM BRASILEIRO DE CONTRATAÇÃO &amp; GESTÃO PÚBLICA</b>	ONLINE	11 E 12/05/2023	FÓRUM	<a href="#">CLIQUE AQUI</a>
<b>SEMINÁRIO NACIONAL- DESAFIOS PRÁTICOS PARA A APLICAÇÃO DA LEI Nº 14.133/2021</b>	PRESENCIAL	16 A 18/05/2023	ZÊNITE	<a href="#">CLIQUE AQUI</a>
<b>40 QUESTÕES PARA A APLICAÇÃO SEGURA DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES</b>	ONLINE	22 A 26/05/2023	ZÊNITE	<a href="#">CLIQUE AQUI</a>
<b>XIX CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO CONSTITUCIONAL</b>	HÍBRIDO	25 E 27/05/2023	EBEC	<a href="#">CLIQUE AQUI</a>
<b>SEMINÁRIO NACIONAL- COMO ELABORAR O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E O TERMO DE REFERÊNCIA PARA COMPRAS E SERVIÇOS DE ACORDO COM A NOVA LEI DE LICITAÇÕES- LEI Nº 14.133/2021</b>	PRESENCIAL	29 A 31/05/2023	ZÊNITE	<a href="#">CLIQUE AQUI</a>
<b>XI CONGRESSO INTERCONTINENTAL DE DERECHO CIVIL</b>	HÍBRIDO	16 E 17/11/2023	UNIVERSIDA DE DE SALAMANCA	<a href="#">CLIQUE AQUI</a>

\*Para outros eventos e cursos acessar na rede a pasta virtual da ESAP\*

## Expediente:

Responsáveis pelo Boletim: Gabriella Dinelly Rabelo Mareco, Alessandra Maria Mendonça de Oliveira, Carla Blanco Rendeiro e Tássio Guimarães Senger.

## Apoio:

Ana Margarida Vianna, Ellen Cristina, Fernanda dos Santos, Camilly Ribeiro, Marcíria de Almeida, Paula Silveira e Matheus de Alcantara.

**Fechamento desta edição: 31/03/2023**

